

# IA deve ser usada com parcimônia no processo penal, diz Paciornik

17/07/2023

O ministro **Joel Ilan Paciornik**, do Superior Tribunal de Justiça, disse à revista eletrônica **Consultor Jurídico** que, embora ferramentas digitais e de inteligência artificial possam auxiliar em processos judiciais, elas devem ser usadas com parcimônia no que se refere ao processo penal.

Reprodução



Para o ministro do STJ, há riscos do uso de IA no em casos de processo penal  
Reprodução

Paciornik concedeu entrevista para a série "[Grandes Temas, Grandes Nomes do Direito](#)", da **ConJur**. Nela, algumas das mais influentes personalidades do Direito falam sobre os assuntos mais relevantes da atualidade.

"Não temos dúvida de que o uso das ferramentas digitais e da inteligência artificial pode ter benefícios e auxiliar o processo judicial. No caso do processo penal, existe, entretanto, alguns riscos, em que algumas ferramentas podem ameaçar inclusive os direitos constitucionais e fundamentais", afirma o ministro.

Paciornik dá como exemplo estudos mostrando que o uso de inteligência artificial para a elaboração de sentenças e definição de dosimetria da pena já causou "distorções".

"Cabe ao juiz avaliar esse auxílio e como ele foi construído, para que a ferramenta não venha a trazer uma decisão injusta que viole um direito fundamental, como a ampla defesa e a isonomia."

"Na experiência americana, há casos estudados em diversos estados em que o uso da inteligência artificial na elaboração de sentenças e de dosimetria das penas trouxe distorções muito grandes com relação ao que o caso retratava", conclui o ministro.

Em janeiro deste ano, a **ConJur** [publicou uma reportagem](#) sobre o ChatGPT, considerado um divisor de águas em matéria de inteligência artificial. Na ocasião, a revista eletrônica fez o seguinte questionamento ao programa: robôs podem substituir juízes e advogados? Até que ponto?

E a explicação do robô — apesar de genérica e simplória perto da linha de pensamento dos especialistas consultados pela **ConJur** sobre o tema — não soa absurda e incoerente.

"Robôs podem ser programados para ajudar juízes e advogados a realizar tarefas específicas, como classificar documentos e analisar dados legais. No entanto, a substituição completa de juízes e advogados por robôs é considerada improvável, pois a tomada de decisão judicial envolve muito mais do que apenas processar informações. Os juízes e os advogados têm a responsabilidade de aplicar as leis e os princípios jurídicos às situações únicas que enfrentam, algo que os robôs ainda não podem fazer de maneira equivalente", respondeu o ChatGPT.

**Clique [aqui](#) para assistir à entrevista ou veja abaixo:**

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-jul-17/ia-usada-parcimonia-processo-penal-paciornik/>